

# (Mesmo) para bom entendedor, meia palavra (não) basta

JAIR DE ALMEIDA JÚNIOR

F

alar de protestantismo brasileiro é falar de atualidade religiosa em nossa sociedade. No país, esse ramo do cristianismo passou a ser conhecido mais pelo designativo “evangélicos”. Pululam na mídia notícias sobre eles, abarcando grande escopo temático. A Marcha para Jesus tem disputado com a Parada Gay o “rótulo” de maior manifestação popular de rua da cidade de São Paulo. Acrescentam-se a isso contribuições incontestáveis na área educacional e social, tais como as inúmeras



*O Celeste Porvir – a Inserção do Protestantismo no Brasil*, de Antonio Gouvêa de Mendonça, 3ª ed., São Paulo, Edusp, 2008, 372 p.

**JAIR DE ALMEIDA JÚNIOR** é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ONGs de assistência social e entidades de ensino protestantes, entre as quais a Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Universidade Metodista de São Paulo se destacam.

Portanto, o tema “protestantismo” mostra-se muito presente entre os brasileiros e o seu estudo, de expressiva relevância para a sociedade. Quanto a isso, a obra de Antonio Gouvêa Mendonça, sua tese de doutorado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, rearranjada em forma de livro, prova sua atualidade não apenas pela perseverança e desenvolvimento do protestantismo desde sua inserção, mas, ainda, por servir de preciosa ferramenta para a compreensão e o estudo de seus desdobramentos hodiernos. Tais fatos justificam sua recém-reedição, sendo esta já a terceira, agora, pela Edusp. Passados quase dois séculos da chegada dos seus primeiros missionários, essa vertente do cristianismo sofreu várias mudanças, produzindo uma infinidade de denominações.

Como sociólogo e pastor presbiteriano, Antonio Gouvêa Mendonça pertencia ao quadro docente da Universidade Presbiteriana Mackenzie por ocasião do ocaso de sua vida, em 2007. Seu legado através de *O Celeste Porvir* visa mostrar a inserção do protestantismo no Brasil como um perfeito “casamento” entre a forma litúrgica e a mensagem do movimento com as condições do Brasil da época de sua chegada. Além disso, tenta mostrar a influência dos “Salmos e Hinos” como elemento formador da crença protestante brasileira, produto final de uma confissão de fé originária da Europa, modificada nos Estados Unidos e adaptada à realidade popular de nosso país na segunda metade do século XIX.

Explicitamente, confessa concordância com o pensamento de Max Weber quanto à aplicabilidade da religião para “o aqui e agora”, destacando o seu papel modelador da sociedade (p. 29). Além disso, baseia-se na convicção de Peter Berger de que a construção do mundo social constitui um processo dialético, uma vez que o homem é, também, produto da sociedade. Baseado

nisso, o autor, reconhecendo a religião como uma “construtora de mundos”, dedica-se a estudar as interações entre religião e sociedade (p. 30).

Para mostrar como o protestantismo se inseriu no Brasil, o sociólogo divide seu trabalho em três partes. Na primeira, esforça-se por mostrar que a facilidade com que foi aceita a nova proposta religiosa deveu-se ao momento histórico social da nação na época. Na segunda, demonstra que a camada da população que foi atingida era principalmente a população rural, e, mais ainda, que só nela, possivelmente, o protestantismo poderia se desenvolver. Acredita que a disseminação do movimento foi simplificada pela expansão do café (p. 28). Aparentemente, os missionários levavam novos ares religiosos sob o agradável aroma de café “passado na hora”. Na última parte, argumenta como se deu a assimilação do protestantismo no Brasil, mostrando alguns de seus meios.

Destarte, inaugura o trato do seu tema demonstrando, genericamente, a presença protestante no Brasil colônia e império, fazendo, ainda, uma abordagem histórica das raízes do protestantismo, conduzindo o leitor de volta à Europa dos séculos XVI e XVII. Considera as duas “invasões”, a dos franceses (1555-60) e a dos holandeses (1630-45), como as únicas tentativas mais efetivas de implantação do protestantismo no Brasil colônia (p. 39). O país teria, assim, permanecido hermético ao movimento, até a vinda da família real em 1808 e a abertura dos portos. A presença de marinheiros protestantes no Brasil, que não se contentavam em praticar sua religião apenas no “compasso das ondas”, levou o movimento para terra firme, desde que os lugares das reuniões não fossem caracterizados como templos. Foi no Brasil império que o protestantismo desembarcou de vez na nação. Os missionários traziam, em seus ideais, a fé e, em suas bagagens, alguma literatura protestante. Conquanto o movimento tenha chegado ao país por via marítima, não se disseminou por cabotagem. A presença de imigrantes já estabelecidos no interior constitui-se em fator facilitador (p. 45), o


que explica, também, a tese desenvolvida depois pelo autor do “evangelho com café”. As condições políticas do Império também se mostraram favoráveis, a começar da constituição imperial de 1824, que garantia o direito do exercício religioso a todas as profissões cristãs, somada ao regalismo e às tendências liberais e positivistas efervescentes. Nesse período, especialmente sob D. Pedro II, foi que as primeiras missões protestantes se estabeleceram no Brasil.

Ainda lançando os alicerces, Mendonça aborda as origens do protestantismo, mostrando sua mutação e evolução ainda na Europa, e, depois, despido de pompa na simplicidade dos habitantes das regiões de fronteira estadunidense. O legado inglês foi o *Livro de Oração Comum*, de orientação calvinista (p. 57). Calvino afirmava a salvação pela fé e não por obras. Foi rivalizado, posteriormente, por Arminio, que afirmava uma espécie de sinergia entre Deus e o homem na conversão pessoal, valorizando, assim, a agência humana. Segundo o autor, os que seguiam as ideias do reformador genebrino eram beneficiados especialmente por: a) a doutrina da predestinação, que conferia a certeza do favor de Deus aos eleitos; e b)

o sistema democrático representativo de governo da igreja, que conferia também espaço para o leigo (p. 62). Ligado ainda ao calvinismo está o desenvolvimento do puritanismo inglês, que, para Mendonça, tem duas principais características: a teologia do pacto, que destacava o relacionamento individual com Deus, base para resistência a imposições “de cima para baixo” (p. 65), e o modo de vida puritano de frugalidade e moral, visto simbolicamente na obra de John Bunyan *O Peregrino* e no quadro “O Caminho Largo e o Caminho Estreito” (p. 68), ambos presentes no protestantismo brasileiro. Foi na Inglaterra, com John Wesley, fundador do metodismo, que o puritanismo, segundo o autor, passou a se tornar arminiano na prática. Esse tipo de protestantismo foi o que mais se harmonizou com as difíceis condições do Oeste americano. Além disso, uma peculiaridade do protestantismo estadunidense foi a forma de culto simples, diametralmente oposta à pesada liturgia anglicana. Tais fatores foram de grande influência no modelo desenvolvido posteriormente no país. Por causa do racionalismo e do ateísmo que floresceram no século XVII, surgiram os “avivamentos”. Tais tendências avivalistas evidenciavam uma teologia marcada por uma escatologia otimista e progressista (p. 89). Outros ingredientes do protestantismo americano destacados pelo escritor são: o destino manifesto e o ecumenismo. O desenvolvimento da empresa missionária confundiu-se com a cultura e o interesse político americano (p. 96), embora ações leigas e desinteressadas também fossem vistas, especialmente na implantação das Escolas Dominicais.

Ao final dessa parte, o autor evoca o testemunho de Max Weber, que esteve nos Estados Unidos em 1904, atestando a aspiração americana de um cristianismo para o “aqui e o agora”, não apenas algo que apontasse para a eternidade. Tal concepção incluía o forte papel da igreja como agregadora, legitimando a participação do indivíduo na sociedade. Todavia, arremata Mendonça, o medo da condenação eterna nunca deixou de atrair membros para as igrejas. Com base no que tratou até então, o escritor conclui que





a simplicidade e a flexibilidade da liturgia e da teologia americanas, junto com o rigorismo ético do puritanismo temperado de metodismo, foram a expressão mais perfeita de simbiose entre religião e sociedade na história ocidental moderna (p. 106).

Na segunda parte, o autor procura mostrar que a estratégia utilizada para inserção do protestantismo no Brasil foi quase incidental. Focaliza especialmente os primeiros missionários presbiterianos, não apenas por ser “sua casa”, mas por ser a denominação que mais cresceu nos primórdios, para mostrar como lidavam com a expressão religiosa majoritária do país, na gestação e na recém-nascida república. Havia boa dose de polêmica, pois a influência puritana herdada categorizava os católicos mais como pagãos do que cristãos. O rev. José Manoel da Conceição, o “padre protestante”, primeiro pastor ordenado no país, mostra como a estratégia missionária foi totalmente reformulada para atender às necessidades brasileiras. O método de grandes concentrações utilizado pelos pregadores americanos nas regiões de fronteira nem chegou a ser cogitado. A importância de Conceição está no seu trabalho itinerante, revisitando os locais onde havia servido como sacerdote, agora como profeta de uma nova religião cristã. A simplicidade cültica e a esparsa, insipiente e acessória utilização de literatura litúrgica, fortemente experimental, marcaram a implantação do protestantismo no Brasil. Para o autor, o novo movimento religioso teve irrisória aceitação entre a intelectualidade do país, alcançando, entretanto, imensa aceitação entre as pessoas simples, tornando-se pouco urbano e eminentemente rural. Sobre esse fundamento, Mendonça constrói sua tese de que o protestantismo seguiu a expansão do cultivo do café pelo Sudeste do país. A necessidade de mão-de-obra livre causou trânsito de trabalhadores e impôs certo nomadismo a considerável parcela da população. Sumarizando o pensamento defendido pelo autor, poderíamos dizer que uma “via cafeeira” se viu sob os céus do interior paulista e sul mineiro, uma constelação de gente simples luzindo nova espiritualidade.

Na última parte de sua obra, Mendonça informa que havia duas ideologias, aparentemente em choque, norteadoras da prática evangelística dos missionários americanos: a que pretendia promover a assimilação do conhecido *american way of life* pelo povo brasileiro, através da educação; e aquela que pretendia iniciar pelas bases, por meio de avivamentos, a fim de que a quantidade expressiva de novos convertidos levasse à reformulação da sociedade conforme o molde protestante (p. 262). Evoluindo sua argumentação, mostra como a mensagem evangélica viabilizou, na verdade, um processo de assimilação pelo povo brasileiro, no melhor estilo da aculturação. Assim, elenca alguns meios que, a seu ver, foram importantes na assimilação do protestantismo no país. No topo da lista aparece a mensagem institucional, aquela importada dos americanos, tecida no puritanismo, nos moldes dos avivamentos, com estampa metodista (pp. 265 e 266). Segundo o autor, esse foi, em contornos gerais, o padrão da teologia de congregacionais, presbiterianos, metodistas e batistas visto no início e florescimento do movimento.

Na opinião de Mendonça, é através da análise dos temas da hinódia utilizada pelo protestantismo nascente que se pode chegar à teologia dos primeiros missionários, embora os sermões e outras referências não devam ser desprezados (p. 266). Essa tese levantada pelo autor se reveste de ineditismo e passa a ser utilizada como sua ferramenta, e é, por isso, colocada em foco e destaque em sua análise dos trabalhos de Kalley, Conceição, dos metodistas e batistas, curiosamente não sendo aplicada ao fundador do presbiterianismo no Brasil, possivelmente por dispor de seu diário. Reproduziu-se no país boa parte do ambiente protestante de fronteira americano (pp. 287 e 288). O estilo da prédica, em alguns casos, tornou-se mais atraente do que o teor proclamado (p. 298), embora mensagens mais elaboradas também fossem comuns, todavia, mais como fenômeno urbano. Mendonça constata que a filosofia basilar do protestantismo recém-chegado era neoplatônica, tendo como principais características a maior importância dada à alma em detrimento do corpo e o “imediatismo de Deus na alma humana” (p. 304). Os hinos refletiam a fé explícita, a interpretação do povo da mensagem anunciada. Entoava-se a expectativa escatológica, milenarista e messiânica, sustentada no esforço pessoal de uma vida dedicada a Deus, a santa batalha e o bom combate, aclamando a vitória presente. Assim, cantava-se o céu e a terra, o futuro certo e determinado e o presente favorecido e vitorioso. Havia sempre um celeste porvir.

Como se vê, Mendonça pretende mostrar no “corpo” de seu trabalho, como a Edusp sintetizou nas “costas” do livro e José de Souza Martins nas “orelhas” da mesma obra, que a inserção do protestantismo no Brasil se deu pelo processo de assimilação, oportunizado por condições ímpares histórico-sociais, por ocasião do desembarque dos primeiros missionários, gerando um “espírito protestante” *made in Brazil*, visível especialmente na formulação da hinódia utilizada. O objetivo foi, a nosso ver, em parte, alcançado.

Antes de iniciar um diálogo com o autor, faz-se necessário destacar a primorosa edi-

ção da Edusp, faltando, todavia, informação mais precisa sobre o autor, no verso do livro ou em suas abas, recurso indispensável para o leitor medir a relevância e a profundidade do material. Além disso, o erro quanto à numeração dos subtítulos no capítulo 2 (p. 90) só pôde ser devidamente esclarecido recorrendo-se ao índice, causando certa confusão e em agudo descompasso à magnitude do trabalho.

Quanto ao trajeto selecionado por Mendonça para chegar ao seu objetivo, poderíamos dizer que percorreu não apenas vias expressas, mas, também, estradas vicinais alternativas e estreitas, estrangulando o fluxo de informações para obrigá-las a trafegar pelo itinerário definido por ele. Com isso, não sugerimos que o percurso escolhido se mostre errado, mas que poderia haver traçado mais direto e apropriado. Sua argumentação fluiu bem, até que entrou na hinologia como caminho para se entender a teologia dos protestantes iniciais. São incontestáveis suas conclusões a respeito das facilidades que o ambiente histórico-social trouxe para o estabelecimento do protestantismo, aliado ao flexível modelo litúrgico da religião de fronteira americana. Mesmo sua tese de que a expansão do movimento seguiu pelos caminhos do café, devido ao contingente e ao trânsito de trabalhadores livres, mostra-se plausível e, até certo ponto, óbvia. Mas a pergunta que se faz necessária é, nitidamente, o questionamento do poder catalisador dos hinos: a hinódia de uma igreja realmente revela a teologia abraçada por seus adeptos? A nosso ver, a resposta é sim e não, ou, em outras palavras, parcialmente. É inegável que a música, entendida como melodia e letra, nesta ordem, exerce poder e influência sobre os que a cantam. Acreditamos que o primeiro ponto fraco seja exatamente esse. Falando-se de forma geral, a melodia parece exercer mais poder sobre a pessoa do que a letra. Em nossos dias, há alguns dos chamados “cânticos evangélicos” que se assemelham a “mantras”, tendo como letra uma ou duas linhas, repetidas constantemente em ritmos de reflexão ou batalha. Atualmente, nas igrejas que ainda utilizam a hinódia tradicional, a preferência

inclui hinos com palavras ininteligíveis ao crente comum. Recentemente, o *Novo Cântico*, o hinário publicado pela Igreja Presbiteriana do Brasil, passou a utilizar o recurso de notas explicativas de rodapé para dar a conhecer o sentido das palavras mais rebuscadas. Um exemplo claro e muito citado é o refrão do seu hino 27: “No fragoso alcantil, na amplitude celeste, / Um hino ressoa ao Senhor!”. Todavia, quanto à linguagem, obviamente, não há exemplo de hino inteiramente, ou em sua maioria, constituído de termos do português arcaico, levando-nos a concluir que, na pior das hipóteses, havia um entendimento parcial do que era cantado. À parcialidade do entendimento, soma-se a parcialidade dos temas. Não houve uma preocupação em cobrir todos os assuntos teológicos, e referimo-nos à confissão de fé da própria comunidade local. A hinódia foi sendo composta, e o número de hinos conhecidos por igreja, pequeno. Portanto, como garantir que os hinos conhecidos cobriam, de fato, toda a expressão da fé popular? Não raro, é provável que exprimissem a simples preferência de quem dirigia o trabalho.

Associado ao aspecto emocional de algumas melodias que, por si só, já cativava a preferência popular, havia, ainda, o aspecto mnemônico. A música tem o poder de “marcar” tempos e épocas, sendo comum ao ser humano ser levado, pela adição de notas às palavras, a se lembrar de alguém, de algum lugar, ou de situação específica. Sendo instrumento que toca mais emoção do que razão (pois o simples discurso, sem a harmoniosa melodia das notas ou das entonações vibrantes do pregador inflamado, tocaria apenas a razão), acreditamos que os hinos, conquanto inegável expressão da convicção religiosa cantada, não são uma confissão de fé exaustiva, mesmo focando, tão-somente, o conjunto de crenças de uma igreja local. Assim como emoção e razão não são sinônimos, mas áreas complementares do ser, o apelo emocional dos hinos se associava à pregação da Palavra, especialmente ao ensino tranquilo como acontecia nos cultos nos lares de liturgia simples e nas Escolas Dominicais.

Quando concluímos que uma tese é parcial, isso quer dizer que podemos focar o objeto de estudo negativamente, destacando suas deficiências, mas, também, positivamente, mostrando sua validade e acerto. Assim, revertendo a polaridade dos mesmos argumentos, será demonstrada a extensão da utilidade da argumentação de Mendonça. Embora limitados pelas palavras rebuscadas, pela sua pequena quantidade e por seus temas, é inegável que os hinos, por serem música, são instrumentos de ensino e de fixação. Ainda hoje, em Escolas Dominicais, ensinam-se, através de cânticos, mesmo coisas específicas, como aquele cuja letra percorre, em sua ordem, todos os livros da *Bíblia*. Pregadores hodiernos, analogamente, ilustram seus sermões com hinos, provocando, assim, maior fixação da mensagem. Ainda, entendida a letra, é possível que a razão se renda à emoção, permitindo-se modelar. Tal fenômeno ocorre com frequência, sendo, inclusive, motivo de preocupação para as igrejas que têm doutrina definida, como é o caso das igrejas presbiterianas. Assim, é incontestável que a igreja canta aquilo que crê. A questão é a abrangência proposta por Mendonça.

Por isso, finalmente, o método do autor de buscar nos hinos a base da confissão de fé do protestantismo nascente, a nosso ver, merecia um tratado específico e mais aprofundado, exigindo algo mais do que um capítulo na obra em questão. Seria o caso de um estudo exaustivo da hinódia, observando sua utilização e evolução, antes de ser usada como ferramenta de estudo. De qualquer forma, pela argumentação acima, ainda assim, não deixaria de ser, apenas, uma confissão de fé parcial. Tomá-la como o todo é, em nossa opinião, praticar reducionismo, meia palavra dada a entendedores bem-intencionados, mas incapazes de, por si mesmos, decifram o restante da mensagem. Por isso, quanto àquilo que o protestantismo afirma sobre a fé, ninguém é bom entendedor o suficiente para, partindo do parcial, chegar ao total. Em outras palavras, tratando-se de fé protestante, meia palavra não basta.